

O PENSAMENTO JAPONÊS E A TRANSFORMAÇÃO DA LÍNGUA: PANORAMA DOS ESTUDOS DA TRADUÇÃO E BUSCA POR IDENTIDADE NO JAPÃO MODERNO

Gabriel de Oliveira FERNANDES*

Neide Hissae NAGAE**

- **RESUMO:** Para entendermos o pensamento japonês moderno, se torna imprescindível a exploração do momento histórico e, principalmente, do período de assimilações em massa da cultura ocidental, que aconteceu durante a era Meiji (1868-1912). A começar pela relação com a língua chinesa, que acompanha o Japão desde seus primórdios, até as intensas importações de materiais ocidentais, que auxiliaram o país em sua busca por identidade, podemos reconhecer estratégias que levaram o arquipélago a desenvolver conhecimento, sempre por intermédio da linguagem tradutória. Desse modo, o presente artigo tem como objetivo apresentar uma breve historiografia dos estudos da tradução no Japão, identificando as mudanças mais marcantes pelas quais a língua passou e culminando com uma discussão sobre as relações de poder no cenário sociocultural da época, que ditou como novas palavras e uma nova gramática seria utilizada neste novo Japão.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Pensamento japonês. Estudos da tradução. Linguística japonesa. Era Meiji. Dinâmicas de poder.

Introdução

O foco do presente trabalho é discutir a dinâmica entre o chamado “Pensamento Japonês” e sua expressão no desenvolvimento da tradução, no Japão. Essa interface, explorada aqui, se dá por uma circunstância peculiar, formada durante a abertura de um país que se manteve praticamente fechado (com contatos restritos com a China, Coreia e Holanda) desde a expulsão dos jesuítas portugueses no início do século XVII.

A abertura do Japão se deu com a chegada ameaçadora, em 1853, do comodoro Matthew Perry à frente dos vapores norte-americanos, na cidade de Yokohama, forçando a abertura dos portos japoneses. O regime militar do xogunato, que já estava em decadência, acaba encontrando um caminho rumo à prosperidade do país, retomando a figura do Imperador e estabelecendo um novo sistema de governo, com base nos modelos ocidentais.

* USP - Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Departamento de Letras Orientais. São Paulo - SP - Brasil. 05508-010 - gabrielolifern@gmail.com

** USP - Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Departamento de Letras Orientais. São Paulo - SP - Brasil. 05508-010 - neidenagae@usp.br

Artigo recebido em 15/10/2019 e aprovado em 05/04/2020.

Acompanhando essa política de absorção dos novos saberes, conhecida pelo termo japonês *bunmei kaika*¹ (文明開化), a tradução desempenhou tamanha importância que a recém-iniciada Era Meiji (1868-1911) ficou famosa como a “época de ouro das traduções”.

Nela, buscou-se rapidamente um desenvolvimento que incitasse um desarraigar da Ásia, para se unir aos avançados países da Europa e aos Estados Unidos, por meio de recursos muito semelhantes aos usados pelas expedições japonesas ao continente asiático, no início de sua história escrita. Ágrafo, o Japão adotou a escrita chinesa, *kanji*, para representar/registrar a língua japonesa, a partir dos intensos contatos com o continente iniciados por volta do século V e VI. Desenvolvendo recursos para adaptar o ideograma às necessidades japonesas, o país atribuiu novas leituras e criou outros ideogramas, não existentes no chinês.

No processo de adaptação dos ideogramas, uma técnica peculiar, chamada *kanbun kundoku* (漢文訓読, a leitura japonesa do texto chinês), foi inventada para contornar as diferenças sintáticas e morfológicas das duas línguas. Mantinha-se o texto chinês e aplicavam-se, em suas frases, sinais que indicavam a ordem de leitura e os complementos necessários para torná-las legíveis para um japonês. Ou seja, *kanbun kundoku* é uma técnica de tradução do chinês para o japonês, inventada nos primórdios da formação da língua japonesa. A mesma estratégia foi utilizada no estudo do holandês, uma das primeiras línguas ocidentais efetivamente estudadas pelos japoneses, a partir do século XVI.

Ao lado da cultura chinesa, que alcançou maior prestígio e foi incorporada quase que imperceptivelmente no Japão da época, o país já contava com vários saberes ocidentais, embora de forma restrita. Essa herança se manteve para o caso do inglês e de outras línguas, que foram sendo introduzidas no Japão, inicialmente, pela tradução direta. Contudo, não havia uma consciência e reflexão sobre o fazer tradutório, e cada tradutor criava um estilo próprio, o que tornou o Japão um caso raro no mundo, com uma quantidade enorme de traduções. Contudo, depois, foi a tradução mais livre de diversos textos das “línguas ocidentais” que contribuiu para a formação da língua japonesa moderna, com novas formas de estruturação, consolidadas com as devidas acomodações e negociações, a partir do final do século XIX, por escritores como Shiken Morita (1861-1897).

Morita foi talvez o principal responsável por criar um debate sobre o papel da tradução na era Meiji, identificando a necessidade de um período de assimilações irrestritas e outra, mais avançada, de importações intencionais, reconhecendo a capacidade engrandecedora do ato tradutório. Assim, a língua japonesa teve um histórico estritamente aliado ao mundo das traduções e, na modernidade, chegou a alterar a sua estrutura e a forma de organizar suas orações e frases por influência delas. Conseqüentemente, essa mudança, juntamente aos saberes introduzidos pelas novas áreas de conhecimento, trouxe uma revolução nas ideias e no pensamento japonês. Apesar desse histórico de peso no âmbito da tradução, que chegou a conferir ao Japão o título de “o país das traduções”, vários estudiosos ainda apontam a carência de pesquisas nesse âmbito.

¹ Para a romanização das palavras em japonês, foi utilizado o sistema Hepburn, constante no *Kenkyusha's New Japanese-English Dictionary* organizado por Koh Masuda, 4ª edição de 1974, 9ª. impressão de 1985.

O início da tradução no Japão

Sem dúvida, o período Meiji pode ser visto como um momento crítico para o país japonês, com a determinação econômica e militar para que se diminuísse a distância entre o arquipélago e os países ocidentais, evitando assim que o Japão fosse visto como inferior e, então, explorado. Dentro desse cenário, por trazerem os conhecimentos necessários, as traduções receberam um *status* inerentemente superior, até a formação do movimento Naturalista do país, em 1908. Contudo, Akira Yanabu (2015) defende que a questão da tradução deve ser considerada, desde a antiguidade japonesa, a partir da recepção do *kanji* da China e da Coreia.

Originariamente, o ideograma é a escrita da China, uma língua estrangeira no Japão. Com o passar do tempo, os japoneses da era Yamato (250 – 710 d.C.) passaram a ler o Chinês com o método peculiar constituído pelo som chinês (*ondoku*, 音読) e a leitura pelo significado japonês (*kundoku*, 訓読), criando o primeiro fenômeno tradutório do Japão e um novo estilo de língua japonesa. Nesse estágio, o texto chinês (*kanbun*, 漢文) é definitivamente traduzido para a língua japonesa, que assume o estilo de leitura pelo significado japonês.

Esses ideogramas aqui tratados já eram conhecidos pelos japoneses, por meio de espelhos e outros objetos chineses, como comprova o famoso Sinete de Ouro (*kin'in*, 金印) japonês, que traz o entalhe 漢委奴国王, ou “rei de Na em Wa (Japão), vassalo de Han”. Ele teria sido enviado, no ano 57d.C., pelo imperador chinês Kōbutei ao soberano de Kyūshū do Norte. Yanabu (2015), porém, coloca em questão se os ideogramas usados aqui já eram vistos como letras. Para isso, ele cita a obra *Nihon shoki* (日本書紀, *Crônicas do Japão*, de 720d.C.), que data a entrada oficial de textos chineses no Japão em 285 d.C., quando o imperador Ōjin leva os *Analetos* de Confúcio e o material para caligrafia *Senjimon* (千字文) ou o “Texto de mil letras”, para o Japão.

Na visão do estudioso, entre o século III e o início do VII, parte da elite teria passado pelo processo já mencionado para ler o chinês. Esse avanço é visível na inscrição dos ideogramas 大御身, com a leitura japonesa de *oomi*, que aparece na auréola da escultura do buda Yakushi no templo Hōryūji, em Nara, datada de 607d.C. Como consequência, houve a criação do conhecido estilo *kanbun kundoku* (漢文訓読), em que a ordem gramatical da frase em chinês é mudada para possibilitar a leitura na ordem da língua local.

Esse foi o método peculiar de tradução utilizado pelos japoneses desde a antiguidade, começando com a introdução de conceitos do budismo e confucionismo. Desse modo, os monges budistas liam os sutras ao estilo japonês, pelo som, apesar de utilizarem o texto original em chinês (traduzido do hindi antigo por Xuánzàng, no século VII), e os fiéis ouviam, mesmo sem compreender. Já no caso do confucionismo, uma vez que se trata de uma filosofia de vida, se fez necessária a criação de uma cultura de traduções, para que a leitura, compreensão e reflexão sobre os ensinamentos fosse possível.

Assim, houve um empenho em respeitar o original, por meio da criação de um método de leitura que se aproximasse do japonês, mantendo as palavras principais do original (como nomes e verbos) da mesma forma que estava no texto, e fazendo a leitura

pelo som ou pelo significado. Em seguida, trocava-se a ordem das palavras do original, para inseri-las na estrutura da língua japonesa, e colocavam-se as palavras dependentes, peculiares da língua japonesa, para auxiliar na compreensão do original. Para ilustrar essa dinâmica, tomemos como exemplo o ditado chinês *Sōseki chinryū*, que mostra a atitude de alguém que não reconhece o próprio erro e continua se justificando:

Quadro 1 – Método de leitura japonesa de um ditado chinês

Original em chinês (leitura japonesa)	Chinês adaptado para o japonês	Reescrita na ordem lógica do japonês	Romanização	Sentido
漱 (SŌ)	「漱 _レ キ	石ニ	<i>Ishi ni</i>	<i>Na pedra</i>
石 (SEKI)	・石 _ニ	漱ギ	<i>kuchisusugi</i>	<i>Enxaguar a boca</i>
枕 (CHIN)	枕 _レ セント	流レニ	<i>nagare ni</i>	<i>A correnteza</i>
流 (RYŪ)	流 _レ ニ	枕セント	<i>makura sento</i>	<i>Fazer de travesseiro</i>

Fonte: Elaboração própria.

Esse método de leitura do texto chinês será herdado, mais tarde, quando os textos holandeses entrarem no Japão. Desde o isolamento do país, iniciado no século XVII, o ocidente, para o Japão, era constituído unicamente pela Holanda. Nos estudos holandeses (*rangaku*, 蘭学), cada palavra do texto original recebia uma letra correspondente, em ideograma chinês, e cada letra era adaptada para uma palavra japonesa. No primeiro estágio, tudo está em chinês e, em seguida, os ideogramas são mesclados com os *kana* e lidos na ordem natural do japonês. Essa forma de leitura (denominada por Yanabu como *ranbun kundoku*) evoca o *kanbun kundoku* e foi importante para a tradução no período moderno, pois os japoneses tiveram que, essencialmente, criar uma outra língua japonesa, escrita com uma finalidade tradutória, em separado do japonês da linha Yamato tradicional.

Desse modo, o estudo centrado na leitura traduzida, ou *yakudoku* (訳読), e o estilo de leitura pelo significado foi sendo transmitido. Como o Japão do início da era moderna foi um local pouco visitado por estrangeiros, os estudiosos japoneses passaram a estudar por intermédio de textos ocidentais, tornando a tradução a base da educação japonesa. No começo da era Meiji, o objetivo central da tradução era disseminar o conhecimento e as técnicas dos países mais desenvolvidos.

Para Shiken Morita, escritor, tradutor e jornalista, a tradução no Japão da era Meiji viveu três estágios, no que ele chamou de *sanbensetsu* (三変説), ou a “Teoria das Três Mudanças” (MORITA, 1989): Primeiramente, o Japão viveu, entre 1868 e 1878, o período da tradução direta (*chokuyaku*, 直訳), que tinha como único objetivo a mera assimilação do material ocidental, sem qualquer preocupação técnica. Em seguida, de 1878 até 1885, vemos uma virada para a tradição da adaptação livre (*hon'an*, 翻案) e a aparição das primeiras traduções com valor artístico e com forte uso de estratégias de domesticação. Por fim, foi criado um estilo de tradução chamado *yūgō* (融合), ou

“fusão”, que mesclava as duas técnicas anteriores em uma relação de aprimoramento mútuo.

Assim, ele foi responsável pelo aperfeiçoamento do estilo de tradução *shūmitsutai* (周密体, ou estilo de tradução precisa), que refletia o texto original na tradução, com base em uma compreensão sino-japonesa da língua. Assim, Morita (1989) não nega nem o uso adaptativo da tradução (*hon’an*), nem a tradução mais literal (*chokuyaku*), mas tenta aliar as duas estratégias, em um uso mais consciente da língua. Morita traduzia com o intuito de apresentar as “ferramentas do conhecimento ocidental”, tendo a consciência de seu papel como introdutor de ideias e educador de seus compatriotas, por meio de traduções de literatura que transpareciam serem traduções.

Um exemplo emblemático dessa posição pode ser percebido pelo uso de pontuações, inédito na língua japonesa até então. Para a língua japonesa contemporânea, as marcações *toten* (、) e *kuten* (。) correspondem, em geral, à vírgula e ponto final da língua portuguesa. Embora elas sejam muito usadas hoje em dia, no começo da era Meiji seu uso era mais raro e mesmo descartável (SAITO, 2019), até que Morita e outros tradutores adotaram essas marcações para transferir de forma mais fiel o material estrangeiro. Depois de pouco tempo, esses sinais deixaram de ser exclusivos dos materiais traduzidos, para fazerem parte de toda a produção literária moderna, que agora adotava a marcação de fim de frase pelo uso do *kuten*, influenciados pelo ponto final ocidental.

Da mesma forma, Shiken Morita também decidiu fazer a marcação do plural, inexistente no japonês, pelo uso do ideograma *sho* (諸) como prefixo ou pelo uso de advérbios como *ōku* (多く) e afins (SAITO, 2019). Ao encontrar soluções de tradução como estas, Morita enriquecia a língua japonesa em um momento que a noção de língua nacional tomava forma. Portanto, sua fidelidade aos elementos formais do texto-fonte foi significativa para a produção de um novo sistema de escrita japonesa.

Desse modo, Morita (1989) passa a focar em uma tentativa de conferir importância à forma literária e ao modo de expressão, em um tipo de tradução mais consciente. Para ele, toda expressão, mesmo idiomática, deve ser traduzida literalmente, sem buscar qualquer equivalência japonesa, pois a tradução literal traria não só o significado, mas a forma como o texto expressa o pensamento ocidental. Morita defendia que a língua japonesa não possuía um estilo fixo (一定の体裁) e que o japonês do futuro teria um estilo de tradução ao mesmo tempo literal e comunicativo, que acompanhava de perto as estruturas de expressões e frases das línguas ocidentais (SAITO, 2008).

Morita foi responsável por dar forma à cultura de traduções de sua época, conferindo a ele a posição de fundador dos estudos tradutórios modernos no Japão. Sua influência foi tamanha a ponto de ser sentida na obra *Aibiki*, – tradução de um conto de Ivan Turguêniev constante em sua coletânea conhecida no Brasil como *Memórias de um caçador* (Записки охотника) – de Shimei Futabatei, que leu cuidadosamente as traduções de Morita e respeitou os princípios do *shūmitsutai* (MIZUNO, 2009). A publicação da tradução de Futabatei, por conseguinte, marca uma nova fase na história da tradução japonesa e consolida a fundação da linguagem literária moderna, aproximando o estilo escrito do falado (parte de um movimento conhecido como *genbun’itchi*), revolucionando o cenário literário em termos de forma e conteúdo. Para o autor,

Ao traduzir uma língua estrangeira, colocar muita ênfase no significado pode arruinar o original. Como eu acreditava que os tradutores deveriam entender completamente o tom do original, tentei manter até as vírgulas e os pontos finais do original. Se a frase original tinha três vírgulas e um ponto final, tentei transferi-las para o texto traduzido como elas são, mantendo assim o tom do original² (FUTABATEI *apud* MIZUNO, 2009, p. 36, tradução nossa).

Assim, o primeiro tratado de tradução do Japão, o *Yakubun no jō (Sobre a tradução)*, de Kōkei Ban (1733-1806), recomendava que os tradutores capturassem o significado do texto-fonte pela tradução livre, que dava primazia ao conteúdo da obra, estratégia que foi utilizada até 1885 (MIZUNO, 2009). Os primeiros tradutores literários do período, então, focaram suas atenções no conteúdo dos textos, raramente se importando com o formato utilizado. Contudo, com o final do século XIX, essa atitude tradutória mudou drasticamente, permitindo a entrada de novas palavras, expressões e outros elementos formais nos textos japoneses (SAITO, 2019).

Com o crescente impulso do governo japonês pelo estabelecimento de uma cultura independente da China, Shiken Morita começou a criar um estilo de tradução híbrida. A partir de 1886, com suas primeiras traduções de Júlio Verne e Vítor Hugo, ele marca o fim do período de traduções “inconscientes”, que utilizavam o mesmo método de assimilação do chinês, com o conteúdo tendo maior importância do que a forma.

Na medida em que a consciência literária do mundo ou o conhecimento sobre literatura avançou, a conscientização dos tradutores sobre se devemos dar ênfase ao conteúdo ou não começa a dar lugar a um desenvolvimento oculto, parcialmente consciente e parcialmente inconsciente³ (SAITO, 2008, p. 172, tradução nossa).

Os discursos sobre tradução feitos por tradutores, críticos e escritores sugerem que, desde o meio do período Meiji até o período pós-Segunda Guerra Mundial, a estratégia de tradução literal era considerada uma norma de tradução superior à estratégia de tradução livre (MIZUNO, 2009). Além disso, as obras da literatura ocidental, traduzidas de acordo com a norma literalista, exerceram uma profunda influência na formação e no desenvolvimento da literatura japonesa moderna. Dentro dessa dinâmica tradutória, um ponto de inflexão se faz importante, ilustrada pelo cenário literário da época.

Para Katai Tayama, autor de obras emblemáticas do início do modernismo japonês, como *Futon* (蒲団, *Edredom*), de 1906, o cenário literário era palco para estilos extremamente diferentes de escrita e, principalmente, de tradução. Para o autor, um dos polos dessa diferença foram os escritos de Shiken Morita. Conhecido como “o rei das

² “When translating from a foreign language, putting too much emphasis on meaning may ruin the original. As I believed that translators should fully understand the tone of the original, I tried to retain even the commas and periods of the original. If the original sentence had three commas and one period, I tried to transfer them into the translated text as they are, thus retaining the tone of the original” (FUTABATEI *apud* MIZUNO, 2009, p. 36).

³ 「世人の文学意識乃至文学への理解がすすむにつれて、翻訳家達の意識には、かく内容のみを偏重してよいものであろうか、いやそれではいけまいという観念が、半ば意識的、半ば無意識的に暗々裏に発展させられて来た」 (SAITO, 2008, p. 172).

traduções” (翻訳王), durante o período Meiji, o tradutor foi uma das primeiras forças de mudança na relação entre o Japão e o material estrangeiro (SAITO, 2019). Para ele, o futuro da língua japonesa estava pautado em um desprendimento com as tradições chinesas e uma assimilação da tradução a partir da língua inglesa. Morita defendia a lógica, o modo de pensar e as expressões detalhadas da produção ocidental como um modelo a ser seguido e, assim, dedicou sua carreira a introduzir essas formas estrangeiras ao imaginário japonês.

Criação de palavras e importação gramatical como chave tradutória

A visão linguística de Shiken Morita mudou durante sua carreira, começando com a noção de que não era possível escrever japonês sofisticado sem a compreensão de ideogramas e expressões chinesas e a estrutura do *kanbun* (o texto chinês). Em “Presente e Futuro dos Estudos Chineses no Japão” (*Waga kuni ni okeru kangaku no genzai oyobi shōrai*, 我邦に於る漢学の現在及び将来), de 1892, Morita identifica um declínio na validade dos estudos chineses no Japão, mas reconhece que sua influência continuará sendo sentida (SAITO, 2008). Coisas como “estrutura”, “sintaxe” e “tom” continuariam sendo usadas no texto japonês, tendo relação com o estilo de tradução da língua.

Para ele, a via de acesso para os novos conhecimentos (*shingakumon*, 新学問) seriam os estudos chineses, mas, após os primeiros estágios de assimilação, os termos de raiz chinesas dariam lugar a uma nova terminologia, com base na cultura recém-importada. Para Morita (1989), o maior desafio para um tradutor, ao tentar recriar o material ocidental para um ambiente oriental, seria a “insuficiência de palavras” (*kotoba no fusoku*, 言葉の不足). Assim, se torna importante traduzir novos conceitos pela criação de novas palavras, evitando-se imbuir acepções equivocadas a ideias que estavam sendo introduzidas naquele período.

A elite japonesa, que já vinha desde a era pré-moderna, no afã de conhecimentos inexistentes no Japão até então, buscaram traduzir textos de medicina, engenharia, legislação, política, filosofia, arte etc. Apesar da tradição antiga de se usar ideogramas para as palavras de concepção “elevada”, eram poucas as palavras japonesas que poderiam ser aplicadas às ideias de uma civilização ocidental, necessitando assim da criação de novas palavras.

Desse modo, conceitos ocidentais eram recriados na língua japonesa pelo uso de dois ou mais ideogramas, utilizando a propriedade de junção de significados dos ideogramas chineses, e gerando um sentido único. Esse método de criação de palavras respeitava o método tradicional, usado pelos japoneses até o período de isolamento para assimilar a língua chinesa. Essa propriedade pode ser vista nos sobrenomes japoneses, por exemplo, que sempre trazem dois ideogramas, ou mesmo dentro da historiografia de nomeação das localidades do Japão.

Com a elaboração do *Fudoki* (風土記, *Registro Geográfico*) em 713d.C., e do *Engshiki* (延喜式, *Decreto da era Engi*), em 927d.C., um padrão foi estipulado, por ordem imperial: os nomes das províncias e cidades japonesas usariam duas letras. Essa

condição fez com que fossem criadas palavras que, apesar de trazerem dois ideogramas, ignoravam o sentido individual de cada um. Por exemplo, *ki no kuni* (木の国), ou o país das árvores, foi grafado como *kii no kuni* (紀伊の国), uma palavra mais elaborada, mas sem significado. Assim, enquanto na China as combinações de dois ideogramas trazem consigo o significado de cada letra, uma palavra composta por duas letras, no Japão, via de regra, pode ignorar o sentido separado delas (YANABU, 2015).

Desse modo, a leitura pelo som dos textos chineses, que havia sido aplicada na leitura dos sutras budistas, é aproveitada aqui para, no período moderno, desenvolver a estratégia de *jiongo* (字音語), ou a leitura pelo som de cada *kanji*. Por exemplo, *shakai* (社会), *kojin* (個人), *ren'ai* (恋愛) e tantas outras palavras foram criadas e são importantes como “palavras traduzidas”. Assim, a palavra japonesa criada com dois ideogramas constituía o principal elemento do estilo da leitura próprio à língua, que segue pelo significado do texto chinês. Uma delas, *shakai* (社会), “sociedade”, e outra como *kaisha* (会社), “empresa”, utilizam os mesmos *kanji*, mas geram unidades semânticas completamente diferentes. Isso mostra que a palavra criada por dois ideogramas é uma palavra japonesa nova, separada dos ideogramas que lhe serviram de componente.

Em suma, esse fato mostra que o mais importante nas palavras ideogramáticas de criação japonesa é a sua forma, invariavelmente com dois ideogramas. Podemos observar essa dinâmica ao observarmos a palavra *kojin* (個人), que surge a partir da tradução da palavra “individual” para a língua chinesa (独有一個人), pelo inglês R. Morrison (1782-1834), que estava em trabalho missionário na China, no início do século XIX. Mais tarde, a palavra se fixou em 独一個人 e, no Japão, foi introduzido como *ikkojin* (一個人), antes de aparecer no dicionário francês-japonês *Butsuwajirin* (仏和辞林) como *kojin* (個人). Até então, todas essas palavras transmitiam o sentido de *individual*, mas a última, constituída por dois ideogramas, era uma palavra chinesa sem sentido. Ou seja, seguiu-se apenas o método de criação de palavras ao estilo japonês: mais do que o “sentido” da palavra, era a forma que importava (YANABU, 2015).

Para Yanabu, o significado e o significante de Saussure não se aplicam ao chamado *kanji zōgo* (漢字造語), ou a formação de novas palavras por letras chinesas. Isso porque as palavras japonesas, tradicionalmente, são ideogramas ou logogramas cujas formas são valorizadas e pensadas em separado de seus sons e significados. No caso do Japão, as letras oriundas da China têm por premissa a forma, e é apenas depois que essa forma de significado desconhecido passa a ser compartilhada que as pessoas buscam seu sentido. A palavra surge, antes do seu significado, em forma de letra, atraindo a atenção das pessoas e, com o passar do tempo, seu significado vai sendo compreendido.

As palavras traduzidas, ou *hon'yakugo* (翻訳語), acabam passando por um desvio de sentido, ou *zure* (ずれ), e atingindo a essência da palavra (YANABU, 2015). Esses desvios, por sua vez, podem gerar efeitos positivos ou negativos, como podemos ver ao analisarmos o exemplo dado por Shūichi Katō (1991). Há uma diferença inevitável no sentido contido no inglês *right* e no japonês *kenri* (権利) enquanto equivalentes para o conceito de “direito”. A palavra *right* possui um sentido positivo, que vai de “lado direito” a “estar correto”, enquanto que, na constituição da palavra *kenri* pode-se perceber uma dinâmica mais complexa. *Ken* (権) lembra *kenryoku* (poder) ou *kensei* (força), e *ri* (利)

se liga a *rieki* (lucro ou vantagem) e *riko* (egocentrismo), demonstrando um efeito mais conturbado entre positivo e negativo.

Essa nuance divergente entre as duas palavras reflete duas culturas e perspectivas diferentes. Enquanto os países de língua inglesa encaram com naturalidade os direitos individuais ou institucionais, a cultura japonesa da era Meiji, e mesmo hoje em dia, via o direito como um mérito negativo. Katō (1991) exemplifica isso com o fato de que, quando Rinshō Mitsukuri (1846-1897), jurista e funcionário do governo, traduziu *droits civils* como *minken* (民権), alguns membros do comitê governamental de elaboração do Código Civil, em 1870, questionaram como o povo podia ter direitos. Desse modo, as diferentes conotações possíveis entre a palavra original e a palavra traduzida mostram claramente dois hábitos sociais, duas culturas e dois valores diferentes.

Além disso, a tradução das línguas ocidentais para o japonês também trouxe modificações para a estrutura da língua, que passou a utilizar a forma em orações com sujeito (*shugo kōbun*, 主語構文) e termos de finalização da frase (*bunmatsugo*, 文末語). Segundo Yanabu (2015), a mudança decisiva aconteceu no processo de elaboração da *Constituição do grande império do Japão* (*Dai nihon teikoku kenpō*, 大日本帝国憲法), por volta de 1887, que se deu pela tradução da proposta original de constituição alemã, com influência da constituição prussiana, embora o acadêmico problematize o seu estilo de escrita. Por exemplo, muitos dos artigos começam com a marcação pela partícula *wa*, へ:

Quadro 2 – Artigo primeiro da Constituição Imperial Japonesa

第一条 大日本帝国ハ万世一系ノ 天皇之ヲ統治ス	<i>Daichijō Dai nihon teikoku wa bansei ikkei no tennō kore o tōchi su.</i>
----------------------------	---

Fonte: Elaboração própria.

Embora esse método de tradução, usando marcação de sujeito pela partícula *wa*, já houvesse começado com o holandês, a influência do estilo da constituição moderna foi esmagadoramente maior (YANABU, 2015). Ao se adequar à forma de escrita do alemão, a constituição japonesa traduziu não apenas as palavras, mas seguiu a estrutura do texto original. Assim, embora a marcação do sujeito pelo *wa*, como morfema indicativo de sujeito (*shukaku joshi*, 主格助詞), estivesse na língua japonesa desde os seus primórdios, o uso do *wa* que surge a partir da era moderna é algo inédito. Ele é usado para apresentar uma informação totalmente nova, em substituição à partícula *ga*, e não como indicador de uma informação já conhecida, como era antes. Isso faz com que a partícula passe a ser usada em textos jurídicos e acadêmicos, para marcar um assunto conhecido pelo autor, mas desconhecido por um grande número de leitores. Ou seja, o uso do *wa* passa a identificar um discurso de poder, que hierarquiza a informação e a relação entre autor e leitor (YANABU, 2015).

Essa dinâmica, então, passa das páginas jurídicas para as literárias, que colocam o indivíduo como o centro, no mundo da narrativa. Como exemplo, podemos pegar a primeira frase de *The Pit and the Pendulum*, de Edgar Allan Poe, e compará-la à tradução feita por Shiken Morita (1897), com o nome de *Kan-Ippatsu* (間一髪, ou “Por um fio”):

Quadro 3 – Comparando o conto original e a tradução de Morita Shiken

Original	Tradução do original	Versão de Morita (MORITA, 1897, p. 3).	Tradução da versão
I WAS sick, sick unto death, with that long agony, and when they at length unbound me, and I was permitted to sit, I felt that my senses were leaving me (POE, 2004, p. 21).	Ficara esgotado, mortalmente prostrado com aquela prolongada agonia; e quando por fim me desamarraram e me deixaram sentar, tive a sensação de que todos os sentidos me abandonavam (POE, 2017, p. 155).	余は己に久しく病みつかれて、僅かに奄々たる氣息をあますのみなりき、渠等が余の縛を解きて余をしてそこに坐らしめしときは、余は吾が監覺の次第に吾が躰を離れゆくをおぼえたり。	Eu já estava doente há muito tempo, ao ponto de respirar ofegante, quando eles me libertaram das minhas amarras e me colocaram sentado, e eu passei a sentir como se meus sentidos gradualmente desaparecessem do meu corpo (tradução nossa).

Fonte: Elaboração própria.

Para o período Meiji, o uso da primeira pessoa do singular, *yo* (余), trazia um efeito elegante para a tradução, dando a Morita a posição de melhor tradutor do período, preocupado com o que a linguagem estrangeira poderia adicionar à japonesa. Morita traduzia pronomes pessoais, artigos indefinidos e adjetivos demonstrativos, bem como utilizava a forma plural e a repetição de substantivos. Todos esses aspectos eram raros na língua japonesa da época, já que o uso de pronomes é opcional e não há uma marcação usual de plural. Assim, não havia grandes omissões e mesmo a ordem gramatical da tradução respeitava ao máximo a do texto original, até os limites que a gramática japonesa permitia. Da mesma forma, podemos observar as frases iniciais de *Futon* (Edredon), de Katai Tayama (2013) precursor do romance (*shōsetsu*) moderno japonês, como exemplo do início do uso de pronomes:

Quadro 4 – Uso de pronomes em *Futon*, de Katai Tayama

Original	Romanização	Tradução
小石川の切支丹坂から極楽水に出る道のだらだら坂を下りようとして渠は考えた。「これで自分と彼女との関係は一段落を告げた。	<i>Koishikawa no kirishitanzaka kara gokurakusui ni deru michi no daradara zaka wo oriyo to shite kare wa kangaeta. "Kore de jibun to kanojo to no kankei wa ichidanraku wo togeta..."</i>	Prestes a descer pelo suave declive do caminho que vai da ladeira Kirishitan ao Gokurakusui, em Koishikawa, ele pensou : "Aqui encerrou-se um parágrafo da relação entre mim e ela ".

Fonte: Elaboração própria.

Originalmente, não existiam pronomes para indicar a terceira pessoa na gramática tradicional japonesa. Dessa forma, *kare* (ele) e *kanojo* (ela) começam a surgir, no cenário

dos romances japoneses, com uma função igual à do “sujeito” encontrado na Constituição. Esses pronomes surgem como algo desconhecido para os leitores, sem significado claro, mas à medida que as pessoas foram tendo contato, eles se tornam familiares pelo contexto em que eram utilizados, até que o valor hierárquico da linguagem é diluído. Contudo, em um primeiro momento, mesmo um autor de peso como Jun’ichirō Tanizaki (1886-1965) se utilizava desse estilo emulativo de textos estrangeiros, antes de passar a advogar contra essa prática (YANABU, 2015).

Na busca por essa assimilação de línguas ocidentais, contudo, uma revolução gramatical precisou acontecer. Enquanto as línguas europeias, via de regra, respeitavam um padrão de sujeito e predicado, sem qualquer forma frasal para identificar o final da sentença, o japonês se comportava de forma diametralmente oposta. Para o Japonês pré-moderno, embora não houvesse um análogo do sujeito, o predicado era de suma importância. Sempre vindo em último lugar na frase, o verbo ou adjetivo que marcava o predicado era comumente seguido por um morfema sem flexão (*joshi*, 助詞) ou com flexão (*jodōshi*, 助動詞), que criava uma forma terminativa (*iikiri no katachi*, 言い切りの形). Assim, para preencher esse vazio tradutório, foram criadas estratégias, por intermédio do método de tradução do inglês *eibun kundoku*, que utilizava os moldes chineses para estudar textos de língua inglesa, e conseqüentemente para as demais línguas estrangeiras.

Podemos usar como exemplo a criação da cópula *de aru* (である), feita para solucionar o problema de tradução do verbo *to be* do inglês e que foi tão difundida ao ponto de se desgarrar do histórico de linguagem de tradução e se fixar como forma de terminação de frase. Da mesma forma, o uso da “forma ru” (*ru kei*, ル形), nome genérico dado para representar as terminações em *u* de todos os verbos, como análogo à ideia de tempo presente gramatical é originária desse período e resultado da cultura tradutória. Embora inicialmente fosse uma forma incompleta, necessitando de modalizadores subjetivos para constituir uma unidade semântica válida, com o tempo ela foi assimilada pela língua como um todo, principalmente por influência do estilo utilizado pelo grande Sōseki Natsume. Assim, tanto as formas *ru* e *de aru*, quanto a forma *ta* (た) como ideia de ação concluída, análoga ao tempo passado gramatical, que inicialmente foram criadas artificialmente (Yanabu, 2017), foram sendo incorporadas na nova língua japonesa, de forma contingencial.

Em “Eu sou o gato” (*Wagabai wa neko de aru*, 吾輩は猫である), de Sōseki, podemos enxergar toda essa dinâmica gramatical logo no título, que apresenta a marcação do pronome e o uso da cópula *de aru*, demonstrando a influência que a língua inglesa teve na construção da língua moderna japonesa. Antes da popularização dessas formas gramaticais, por literatos como Sōseki, a terminação em *ru* ou *ta*, por não apresentarem qualquer tipo de modalização, eram vistas como formas chulas de se expressar, relegadas a esferas íntimas da vida cotidiana, como aponta Yanabu (2017). Contudo, por meio da tradução, essas decisões, nascidas da tentativa de se aproximar das gramáticas ocidentais, passaram a ser usadas de forma ampla em outros cenários, culminando com o uso popular que perdura até hoje.

A tradução como palco de relações de poder

É importante considerarmos os agentes dessas traduções e para quem elas eram feitas, tendo em mente que a estrutura linguística é fundamental para a cultura humana. Para isso, é interessante retomar a discussão traçada por Akira Yanabu, que estipula a introdução do *kanji* no Japão como a origem de uma estrutura dupla, que seguiu o desenvolvimento sociocultural do arquipélago desde cedo. Para ele, a dicotomia da escrita e da fala, que vivia uma relação conturbada durante a maior parte do desenvolvimento da língua japonesa, se reflete em outras áreas da cultura do país. A principal delas, e que se conecta mais naturalmente com a discussão do papel da tradução, é a dicotomia entre *omote* (表) e *ura* (裏), ou a cultura visível e a oculta (YANABU, 2015).

Os termos *omote* e *ura* possuem várias acepções, mas aqui Yanabu os usa para significar as diferenças entre a posição da cultura de elite para com a cultura marginalizada. Dentro dessa relação, a tradução tinha o papel de receber “culturas mais avançadas”, que os japoneses deveriam ter por modelo. Para o pesquisador, a criação de termos no japonês ter se dado sempre por uma raiz estrangeira (primeiramente chinesa, depois ocidental) foi uma forma de demarcar o acesso ao conhecimento acadêmico e técnico, relegando classes menos privilegiadas à ignorância.

Essa relação de poder ficava ainda mais clara ao considerarmos que, no início do período moderno, as obras importadas, que deveriam ser traduzidas, eram vistas como superiores às mais acessíveis para os cidadãos médios japoneses. Essa visão, de tradução como a chave de aproximação com algo superior, é apontada como algo peculiar ao povo japonês, que decide por não colocar sua língua e cultura como centrais em uma relação de influências que vêm de fora.

Apesar de, para Makoto Asari (2008), não existir a supremacia de uma língua em relação à outra, apenas peculiaridades que precisam ser conhecidas quanto aos seus limites e possibilidades, bem como relativizadas, o Japão demonstrava uma falta de confiança em sua própria supremacia cultural, ao mesmo tempo em que forçava a maioria da população a viver em uma situação de assimilar a cultura importada sem discussão. Aqueles que a assimilavam, então, podiam fazer parte do *omote* social, enquanto os termos burocráticos e acadêmicos, formados pelos ideogramas chineses e difíceis de entender, levavam o povo a achar que sua não compreensão era meramente uma falta de conhecimento e estudo próprio, se rebaixando.

Essa dinâmica se complica ainda mais conforme as palavras geradas dessa forma se tornam barreiras para o conhecimento, mesmo que eventualmente tenham se tornado parte da vida cotidiana (YANABU, 2015) e, hoje em dia, sejam o termo corrente para conceitos usuais do dia a dia (como *shakai*, *kojin* e *kenri*, conforme vimos). Originalmente, o uso de termos como estes representava uma mudança de tom no discurso, formalizando as relações. O mesmo pode ser dito das estruturas gramaticais desenvolvidas por meio da tradução. A frase com marcação de sujeito e terminação, por exemplo, representava não apenas uma mudança de prática da língua, mas estabelecia uma revolução no pensamento corrente japonês.

Para o pensamento japonês clássico, e provavelmente também na modernidade e nos dias atuais, as coisas não têm “início” ou “fim”, mas existem em um presente contínuo (KATŌ, 2012). Assim, oculto com a gramática ocidental, uma nova perspectiva cultural foi importada para a elite japonesa, de que o mundo deveria ser visto por uma dicotomia temporal. Aqui, *omote* se traduz em um uso corriqueiro da língua, com suas marcações de início e fim, mas que sobrepe apenas em parte o uso “elitista” da língua, que se dá em *ura*, nas esferas do academicismo e da burocracia.

Yanabu (2015) chega a apontar essa dinâmica de “frente e verso” como responsável pela falta de impulso revolucionário na história japonesa. Se a língua acompanha uma relação do que é, por um lado, visível e acessível e, por outro lado, invisível e inacessível, o mesmo pode ser dito das interações sociais. Embora haja instituições sociais responsáveis por solucionar conflitos, a maior parte das decisões são feitas pelo *dangō* (談合), ou as conspirações do dia a dia. Embora seja publicamente criticado, é algo que aparece naturalmente nas relações cotidianas, como uma estratégia para dissuadir desavenças. Mesmo que haja uma complicação nos canais oficiais de qualquer troca social, sempre há caminhos secundários, ocultos, pelos quais se resolver um confronto.

Desse modo, a construção linguística é notável como uma das bases sobre as quais o pensamento japonês se desenvolve. Juntamente com a tendência do povo japonês em prezar pela coletividade e seguir a maioria (área que merece também sua própria exploração), assim como seu foco no presente, o país se viu na posição de desenvolver uma nova etapa no Pensamento Japonês. Com a chegada na modernidade e o fluxo de novas ideias, o Japão dá de cara com os limites do pensamento pela raiz chinesa e encontra na tradução de material ocidental a resposta para a criação e recriação de sua própria cultura.

Considerações finais

Em 1853, o Japão se abre diante de uma ameaça de dominação estrangeira nunca antes vista, e esse contato com os países de cultura europeia leva os japoneses, em nível governamental, a buscar as novidades e os avanços tecnológicos para se equiparar a elas. Para empreender essa tarefa, que recebeu o nome de *bunmei kaika* (algo como “civilização e iluminação”), o Japão utilizou os mesmos recursos empregados para absorver a cultura continental asiática e a língua chinesa, enviando estudantes para o exterior e recebendo especialistas estrangeiros. Assim, o alto nível de instrução dos japoneses e o contato mantido com a Holanda, mesmo durante o isolamento de cerca de 250 anos, favoreceu a absorção de conhecimento e novidades que vinham da Europa, bem como o domínio da língua holandesa e de estratégias para se assimilar as línguas que, na época, entravam por todos os lados.

Desse modo, líderes como Yukichi Fukuzawa, grande conhecedor da língua chinesa, que rapidamente descobriram as semelhanças entre as línguas europeias, se valeram, principalmente, do modo japonês utilizado para a leitura do chinês (o *kanbun kundoku*) para decifrá-las. Por meio desse método, os literatos criaram neologismos, por meio dos

ideogramas chineses, e adaptaram a estrutura das frases japoneses para que respeitassem padrões ocidentais, iniciando as orações com a marcação de uma informação nova, pela partícula *wa*, e utilizando formas de terminação antes inexistentes.

Assim, o Japão, em contato com essas línguas europeias e os conhecimentos inovadores trazidos por elas, recebe contribuições de tradutores e escritores para a formação de uma nova língua japonesa, iniciada por meio da tradução. Nessa formação, como demonstrado por meio de estudiosos como Akira Yanabu e Shūichi Katō, a tradução teve um papel primordial, justamente pela crença dos japoneses de que a cultura estrangeira europeia era o modelo a ser seguido, e que o Japão precisava se equiparar rapidamente aos países europeus e ao Estados Unidos. Portanto, a importação de novos saberes, para “reorganizar” o Japão, necessitava de conhecimentos nas mais diversas áreas, a começar pela jurídica, e a tradução foi a porta de entrada para as informações almeçadas.

No âmbito da tradução, o que começou a ser desenvolvido em nível individual, pelas pessoas que foram preparadas pelo próprio governo e assumiram a missão de desenvolver o país, rapidamente passou para o nível de empreendimento governamental, com órgãos específicos para desenvolver as traduções e publicá-las. Paralelamente, a literatura também cumpriu o seu papel de consolidar as novidades da língua japonesa, desenvolvidas pela tradução, por meio de escritores como Shimei Futabatei, Ōgai Mori e Sōseki Natsume.

É importante observar que, no Japão, a busca por conhecimento e a promessa de desenvolvimento, assim como o papel do ensino, manifestaram-se sob a premissa de união nacional. Esse ideal foi apoiado pela crença de que o país necessitava do desenvolvimento civilizatório, que o colocaria “no mesmo nível” das nações ocidentais. Assim, uma clara relação de inferioridade se instaurou no Japão moderno, que apostou todas as suas fichas na prática tradutória como ferramenta de submissão e acabou modificando a própria língua japonesa. Em primeira instância, essa mudança foi lexical, por meio de neologismos constituídos por ideogramas chineses, mas divorciados dos significados individuais de cada um. Em seguida, a mudança foi gramatical, criando a necessidade de marcação de sujeito e o uso de terminações para orações simples.

Esse uso da língua estrangeira, para repensar a língua nacional, carrega consigo uma visão inferiorizante, que vê no Outro um modelo a ser seguido e aproveitado, bem como estipula os poderes administrativos do país como detentores de uma cultura de elite que controla o acesso ao conhecimento, marginalizando a população que só tem acesso ao que está na superfície (*omote*) e negando a ela o acesso ao que estaria por trás (*ura*) dessa política. Essa cultura, por sua vez, foi influenciada pelo histórico de trocas que o Japão teve com a China durante séculos, tendo sido o primeiro canal de assimilação na história do arquipélago.

Através da China, o Japão obteve seu sistema de escrita e os moldes de sua estrutura político-administrativa, sendo a tradução a ferramenta utilizada para essa importação. Assim, o papel imprescindível dos tradutores, nesse primeiro momento, pautado nas filosofias budista e confucionista, se concretizou mais uma vez, quando os países ocidentais (primeiramente a Holanda e depois o resto da Europa e os Estados Unidos) começaram a se inserir no cenário literário, acadêmico, técnico, administrativo e governamental japonês.

Dessa maneira, pode-se observar que o Japão não foi dominado pelo Ocidente, assim como não o fora, no passado, pelos seus vizinhos da Ásia, justamente pelo seu modo de pensar e de agir. Por meio de iniciativas rápidas e intensas, de importar e adotar os conhecimentos que lhe pareceram úteis para o seu próprio desenvolvimento, o Japão pôde se reinventar. Portanto, de um lado, há um desenvolvimento do que se chamou de liberdade democrática, mas, por outro lado, há um cerceamento e imposição, auxiliada pela tradução e consolidada pelos autores modernos, de uma nova e elitizada língua japonesa.

Em suma, neste artigo, nos limitamos a desenvolver uma pesquisa relativa ao pensamento japonês que subjaz à tradução, por meio de alguns exemplos apontados pelos estudiosos, destacando a influência da tradução na formação de uma nova língua japonesa. É óbvio, contudo, que ainda restam muitas tarefas, como explorar as diferentes abordagens tradutórias, conforme percebidas em outros textos traduzidos para o japonês da época, os estudos tradutórios desenvolvidos no Japão e as pesquisas sobre a formação da língua japonesa moderna. Por fim, os aspectos socioculturais explorados aqui podem ser observados em muitas outras facetas da sociedade japonesa, o que requer mais pesquisas.

FERNANDES, G. O.; NAGAE, N. H. Japanese thought and the transformation of language: An overview of translation studies and the search for identity in modern Japan. **Revista de Letras**, São Paulo, v. 59, n. 2, p. 77-92, jul./dez. 2019.

- **ABSTRACT:** *In order to understand modern Japanese thought, it is essential to explore the historical moment and, especially, the period of mass assimilation of Western culture, which took place during the Meiji era (1868-1912). From the relationship with the Chinese language, which accompanied Japan since its beginnings, to the intense imports of Western materials, which helped the country in its search for identity, we can recognize strategies that led the archipelago to develop knowledge, always through a translational language. Thus, this article aims to present a brief historiography of translation studies in Japan, identifying the most striking changes that the language has undergone, and culminating in a discussion of power relations in the Japanese socio-cultural scene of the time, which dictated how new words and a new grammar would be used in this new Japan.*
- **KEYWORDS:** *Japanese Thought. Translation Studies. Japanese Linguistics. Meiji Era. Power Dynamics.*

Referências

ASARI, M. **Nihongo to nihonshisō:** Motoori Norinaga, Nishida Kitarō, Mikami Akira, Karatani Kōjin. [A língua japonesa e o pensamento japonês – Norinaga Motoori, Kitarō Nishida, Akira Mikami, Kōjin Karatani]. Tokyo: Fujiwara Shoten, 2008.

KATŌ, S. Meiji shoki no hon'yaku: naze, nani o, ikani yakushita ka. [A tradução do início de Meiji: porquê, o que e como foi traduzido] *In*: KATŌ, S.; MARUYAMA, M. (org.). **Hon'yaku no shisō** [O pensamento na tradução]. Tokyo: Iwanami Shoten, 1991. p. 231-380.

KATŌ, S. **Tempo e espaço na cultura japonesa**. Tradução de Neide Nagae e Fernando Chamas. São Paulo: Estação Liberdade, 2012.

MIZUNO, A. A genealogy of literal translation in modern Japan. **TTR - Traduction, Terminologie, Redaction**, Québec, v.22, n. 1, p. 29-55, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.7202/044781ar>. Acesso em: 16 fev. 2020.

MORITA, S. Kan ippatsu [Por um fio]. *In*: ŌHASHI, S. (org.). **Shūchin Shōsetsu Dai Ni Hen** [Contos estranhos, v. 2]. Tokyo: Hakubunkan, 1897. Disponível em: <http://doi.org/10.11501/896784>. Acesso em: 06 jun. 2019.

MORITA, S. Hon'yaku no kokoroe [Diretrizes da tradução]. *In*: KATŌ, S.; MAEDA, A. (org.). **Buntai** [Estilo]. Tokyo: Iwanami Shoten, 1989. p. 283-294.

POE, E. A. **The complete illustrated works of Edgar Allan Poe**. London: Bounty Books, 2004.

POE, E. A. O poço e o pêndulo. *In*: POE, E. A. **Histórias extraordinárias**. Tradução de José Paulo Paes. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. p. 155-180.

SAITO, M. Morita Shiken to bungaku hon'yaku: kiten tekusuto no Sugata wo saigen suru koto [Morita Shiken e a tradução literária: reproduzindo o Sugata de textos-fonte]. **Interpreting and Translation Studies**, Amsterdam, v. 8, p. 169-190, 2008.

SAITO, M. Translating for new written language in the late 19th century Japan. *In*: CARRASCO, C.; MUÑOZ, M. C.; CARBAJO, C. D. (org.). **Traducción y sostenibilidad cultural**: sustrato, fundamentos y aplicaciones. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2019. p. 367-373.

TAYAMA, K. **Futon**. [Edredom]. [*S.l.: s.n.*], 2013. Disponível em: https://www.aozora.gr.jp/cards/000214/files/1669_8259.html. Acesso em: 11 ago. 2020.

YANABU, A. Nihon ni okeru hon'yaku: rekishiteki zentei [A tradução no Japão: prefácio histórico]. *In*: YANABU, A.; MIZUNO, A.; NAGANUMA, M. (org.). **Nihon no hon'yakuron**: ansoroji to kaidai [Teoria tradutória do Japão: antologia e análise]. 2. ed. Tokyo: Hōseidaigaku shuppan, 2015. p.2-34.

YANABU, A. Kanji no imi no zōgoryoku. [O poder de formação de palavras japonesas a partir do significado do ideograma]. *In*: YANABU, A. **Kindai nihongo no shisō**: hon'yaku buntai seiritsu jijō [O pensamento japonês moderno: considerações sobre a estrutura do texto traduzido]. Nova edição. Tokyo: Hōsei daigaku shuppan, 2017. p. 208-219.